

A Europa financiou o futuro errado

AUTOR

Nuno Lameiras
Presidente da AGEFE

PUBLICAÇÃO

Jornal de Negócios
15 de julho de 2026

[**LER O ARTIGO NA PUBLICAÇÃO**](#)

Há um paradoxo que pode ser já afirmado sem eufemismos: a Europa investiu dinheiro público a financiar a transição para o veículo elétrico e acabou por subvencionar, em grande medida, a expansão da indústria asiática. Não se deveu a má-fé, mas a uma miopia estratégica que a indústria eletrodigital conhece bem e que nos custa demasiado para ser ignorada.

A União Europeia fez a parte fácil da equação: dirigiu a procura. Fixou datas, mobilizou subsídios, condicionou comportamentos. Mas esqueceu-se da outra metade, a oferta. Não construiu, ao mesmo tempo, a política industrial capaz de garantir que as fábricas, as baterias e o processamento dos minerais críticos ficavam em solo europeu. O resultado está à vista: o dinheiro europeu criou mercado para quem estava preparado para o abastecer. E esse alguém não éramos nós.

Os números são avassaladores. As empresas chinesas detêm hoje cerca de 70% do mercado mundial de baterias. Entre os dez maiores fabricantes do mundo não há um único europeu. E produzir uma bateria na Europa custa cerca de 50% mais do que na China, o que ajuda a explicar, sem surpresa, o colapso da sueca Northvolt em 2025, a maior aposta europeia para inverter este quadro.

A isto acresce o domínio do processamento de minerais críticos. A extração pode estar espalhada pelo mundo, mas a refinação — onde reside o verdadeiro poder — é controlada pela China em mais de 90% da capacidade mundial. Deng Xiaoping disse-o em 1992: "O Médio Oriente tem petróleo, a China tem terras raras." A frase revelou-se profética. E a Europa acordou tarde.

Em março de 2026, a Comissão Europeia propôs o Industrial Accelerator Act, reconhecendo, finalmente, de forma explícita, que a competitividade industrial não se decreta com metas climáticas; constrói-se com política industrial. O diploma quer elevar o peso da indústria transformadora no PIB europeu dos atuais 14% para 20% até 2035, impõe requisitos de conteúdo local nas compras públicas e estabelece condições ao investimento estrangeiro nos setores estratégicos.

É um despertar bem-vindo. Mas tardio e ainda hesitante, a começar pela ambiguidade do que conta como "Made in EU" e pelos riscos reais de encarecer fatores de produção e provocar retaliação comercial. A Europa acordou, mas o atraso tenderá a agravar-se antes de se corrigir.

Para a indústria eletrodigital, a lição europeia é clara e serve-nos de aviso. Não se decreta um futuro industrial financiando a procura e deixando fugir a oferta. Se a Europa quer deixar de subsidiar cadeias de valor que se fixam noutros continentes, tem de escolher onde pode realmente ganhar: não na produção de massa que já perdeu para a Ásia, mas nas fases onde o valor hoje se concentra, a inovação, a engenharia, a tecnologia. Não faltou investimento; faltou estratégia para o orientar. E é essa a diferença entre financiar o futuro e construí-lo.

PUBLICAÇÃO ORIGINAL

Artigo originalmente publicado no *Jornal de Negócios*, em 15 de julho de 2026. [Consultar artigo aqui](#)